

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.699 - RO (2019/0347811-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : EUCATUR-EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E  
TURISMO LTDA  
**ADVOGADOS** : GILBERTO PISELO DE NASCIMENTO - RO000078  
JANE REGIANE RAMOS NASCIMENTO - RO000813  
ANDRÉ LUIZ DELGADO - RO001825  
SÍLVIA LETÍCIA DE MELLO RODRIGUES - RO003911  
EDSON FERREIRA DO NASCIMENTO - RO000296  
CHRISTIANE MASSARO LOHMANN - RO004765  
**RECORRIDO** : MARIA DE LOURDES PEREIRA DA CRUZ  
**ADVOGADOS** : ARLINDO FRARE NETO - RO003811  
RAFAEL SILVA COIMBRA - RO005311  
ALAN MORAES DOS SANTOS - RO007260  
DANILO JOSE PRIVATTO MOFATTO - RO006559

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO E/OU CONFIGURADO. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL INTERPRETADO DIVERGENTEMENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

MARIA DE LOURDES PEREIRA CRUZ (MARIA) ajuizou ação de indenização por danos morais e lucros cessantes contra EUCATUR (TRANSPORTADORA), em razão de acidente que sofreu no interior do ônibus da ré causando-lhe ferimentos.

A sentença julgou os pedidos improcedentes (e-STJ, fls. 83/85).

Irresignada, MARIA recorreu.

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia deu parcial provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa:

*EMENTA Processo civil. Apelação. Reparação. Acidente de trânsito. Cerceamento de defesa.*

*Inocorrência. Dano moral Configurado. Recurso parcialmente*

*provido.*

*O indeferimento da produção de prova oral não configura cerceamento de defesa quando inexistem elementos concretos a indicar que dela resultaria na improcedência do pedido inicial.*

*Responsabilidade por danos decorrentes de contrato de transporte que se dá na forma objetiva, nos termos dos artigos 37, § 6º, da CF, 734 do CC e 14 do CDC. A responsabilidade do transportador é objetiva e ele tem o dever de zelar pela integridade física e psíquica do passageiro, após o seu embarque e durante todo o trajeto contratado.*

*Ocorrência de fortuito interno não afasta a responsabilidade da empresa, pois é circunstância própria da atividade de transporte. A utilização ou não do cinto de segurança não ficou comprovada nos autos e não elide a responsabilidade da empresa.*

*É devida a indenização por danos morais, em razão das lesões sofridas pela autora, cujo valor deve ser fixado em patamar razoável e proporcional, considerando-se as peculiaridades do caso concreto.*

*Não havendo comprovação das perdas financeiras decorrentes do acidente de trânsito, não há que se falar em indenização a título de lucros cessantes.*

*Recurso parcialmente provido. (e-STJ, fl. 130).*

Inconformada, TRANSPORTADORA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, c, da CF, alegando dissídio jurisprudencial, sustentando (1) necessidade de denunciação da lide da seguradora Companhia Mutual de Seguros; (2) inexistência dos requisitos necessários para a caracterização dos danos morais, ou seja, falta de comprovação do evento danoso, nexo causal e dano; (3) que o termo inicial dos juros moratórios deve ser a data do arbitramento.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 162/173).

A Presidência do Tribunal de Rondônia admitiu o referido apelo nobre (e-STJ, fls. 176/177).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9.3.2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*(relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016)  
devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma  
nele prevista, com as interpretações dadas até então pela  
jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

## **(1) Do dissídio jurisprudencial**

O dissídio jurisprudencial viabilizador do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional não foi demonstrado nos moldes legais.

Com efeito, além de indicar o dispositivo legal supostamente violado pelo acórdão recorrido e transcrever os julgados apontados como paradigmas, é necessário que o recorrente, além de indicar especificamente qual dispositivo legal recebeu interpretação diversa por Tribunais pátrios, realize o indispensável cotejo analítico, com a demonstração da identidade das situações fáticas e da interpretação diversa dada ao mesmo dispositivo legal. A mera transcrição de ementas e trechos de julgados não serve para demonstrar o dissídio jurisprudencial.

Da análise do recurso interposto é possível verificar que TRANSPORTADORA não se desincumbiu de tais tarefas, pois não indicou qual dispositivo legal recebeu interpretação diversa pelos tribunais pátrios e também não realizou o indispensável cotejo analítico dos julgados de modo a comprovar a similitude fática dos casos confrontados, ou seja, não ficou demonstrado em quais circunstâncias o caso confrontado e o paradigma trazido à colação aplicaram diversamente o mesmo direito, sobre a mesma base fática, tendo ele apenas se limitado a transcrever a ementa e trechos de julgados apontados como paradigmas.

Nesse sentido, destaco os seguintes julgados desta eg. Corte Superior:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL. DEMORA NO PAGAMENTO DO SEGURO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ.*

***1. Pela alínea "c" do permissivo constitucional, o recurso não merece conhecimento, pois, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a divergência jurisprudencial deve ser comprovada e demonstrada, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Não basta a simples transcrição de ementas e de parte dos votos sem que seja realizado o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de***

**interpretações.**

2. O aresto combatido, tendo em vista o conjunto fático-probatório coligido, concluiu pela inexistência do dano moral. Rever tal conclusão encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp nº 370.317/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado aos 10/6/2014, DJe de 16/6/2014, sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. TEMPESTIVIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ.

(...)

3. Não se conhece de recurso especial interposto pelo dissídio que não esteja comprovado nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, parágrafos 1º e 2º, do RISTJ.

4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência Pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp nº 481.270/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado aos 27/5/2014, DJe de 12/6/2014, sem destaque no original)

No mais, a ausência de indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal em torno do qual haveria divergência jurisprudencial evidencia a deficiência na fundamentação do recurso, a atrair a incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF.

Nesse sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. VALOR. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. DECISÃO MANTIDA.

1. O conhecimento do recurso especial fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação dos dispositivos legais que supostamente foram objeto de interpretação divergente. Ausente tal requisito, incide a Súmula n. 284/STF.

2. Não se considera comprovado o dissídio jurisprudencial, se não houve demonstração da divergência, mediante verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e realização de cotejo analítico entre elas (art. 541, parágrafo único, do CPC/1973).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp nº 1.450.854/SP, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado aos 19/8/2019, DJe de 22/8/2019)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO DE LEI. AUSÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. ENUNCIADO SUMULAR. VIOLAÇÃO. ANÁLISE. VIA INADEQUADA.*

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

3. O recurso especial não constitui via adequada para análise de eventual contrariedade de enunciado sumular por não estar compreendido na expressão "lei federal" constante do art. 105, III, "a", da Constituição Federal, conforme previsto na Súmula nº 518/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp nº 1.361.251/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado aos 29/4/2019, DJe de 6/5/2019).

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

**MAJORO** em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor da TRANSPORTADORA, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator